

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/CENTRO-OESTE

Estudo Técnico Preliminar 11/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 35014.022080/2025-46

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP tem por objetivo realizar o planejamento para a contratação do serviço de transporte mediante o fornecimento de veículo, incluindo todos os custos decorrentes de sua utilização tais como manutenção preventiva e corretiva, peças, pneus, combustível, óleos e lubrificantes e de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender ao transporte de usuários definidos que se qualificam por manterem vínculo específico com o órgão contratante para o desempenho de suas atividades e pequenos volumes, visando tender as demandas das Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT - GEXCBA, Sinop/MT - GEXSIN, Campo Grande/MS - GEXCGD, Dourados/MS - GEXDOU, Distrito Federal/DF - GEXDF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e as unidades a elas vinculadas, identificando e analisando os cenários para o atendimento das demandas que constam nos Documentos de Formalização da Demanda - DFD (SEI 23615314), (SEI 23615281) e (SEI 23615396) conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no instrumento convocatório, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. Com base no Documento de Formalização da Demanda, a terceirização dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva para atender as necessidades das Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas, é imprescindível e essencial ao funcionamento do órgão e pelas características trata-se de serviços contínuos que não podem sofrer solução de continuidade. Ressalte-se que a forma como os serviços atualmente vêm sendo prestados serão analisados e poderão ser reavaliados se for necessário, observando as reais necessidades desta autarquia, sob o aspecto da viabilidade técnica e econômica como uma solução viável.

2.3. O presente documento tem por base as informações constantes nos Documentos de Formalização das Demandas – DFD (SEI 23615314), (SEI 23615281) e (SEI 23615396) e de acordo com os objetivos estratégicos e as diretrizes corporativas do INSS.

2.4. A contratação dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo, incluindo todos os custos decorrentes de sua utilização e de motorista, com dedicação exclusiva de mão de obra a serviço do INSS deverá ser realizada em conformidade com as justificativas, especificações técnicas, condições de garantia e de execução dos serviços estabelecidas no corpo deste planejamento e seus anexos, bem como no futuro Termo de Referência.

2.5. Este Estudo Preliminar visa, ainda, atender o disposto no art. 24 da Instrução Normativa SEGES /MP nº 5, de 26/05/2017.

2.6. De acordo com os DFD, os serviços que se pretende contratar são necessários e imprescindíveis ao funcionamento do INSS, considerando que têm por finalidade o transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender as necessidades das Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas. A demanda em questão está em conformidade com o disposto no inciso I, parágrafo 2º do Art. 3º da Instrução Normativa no 103/PRES/INSS, de 09/12/2019, devendo atender também ao que dispõe os parágrafos 3º e 4º do artigo 7º da mesma Instrução Normativa.

2.7. Ademais esta demanda é condizente com o disposto no Decreto nº 9.287 de 15/02/2018, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.8. Os serviços serão prestados de forma contínua, em regime de execução indireta, através de empreitada por preço global, com a utilização de mão de obra exclusiva.

"Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional".

2.9. O objeto desta contratação se enquadra na classificação de **serviços comuns e tem caráter continuado**, os quais visam à melhoria serviços comuns e tem caráter continuado das atividades prestadas pela instituição.

2.10. Ressalta-se também que pode ser considerado serviço comum, pois se enquadra na classificação nos termos do parágrafo único do art. 29º da Lei 14.133/2021 "A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".

Ou ainda o que consta no inciso XIII do art. 6º da mesma Lei: "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"

2.11. Tais serviços constituem-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do INSS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. Nesse sentido, ajustam-se as orientações contidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

2.12. Ademais, o art. 1º, inciso XXVIII da Portaria MP nº 443, de 27/12/2018, estabelece que os serviços de transporte serão, preferencialmente, objeto de execução indireta.

2.13. A prestação destes serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.14. Os serviços serão executados pela contratada e fiscalizados obedecendo ao disposto na Instrução Normativa Seges/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, conforme autorização contida na Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, e demais normas legais e regulamentares pertinentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste	IRACEMO DA COSTA COELHO
Coordenação de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística	ANTONIO CARLOS AREIAS FREITAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório, visando a racionalização e a eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, para o transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS, deverão considerar os requisitos a seguir.

4.2. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e o INSS, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Os serviços a serem contratados não são considerados eminentemente intelectuais, não possuem inovação tecnológica ou técnica e não são de tecnologia da informação.

4.5. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por lote/grupo.

4.6. O prazo de vigência do contrato inicialmente será de 12 (doze) meses, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

4.7. A execução dos serviços será na forma indireta e sob o regime de empreitada por preço global por lote, em conformidade com o disposto no inciso XXIX do Art. 6 da Lei nº 14.133/2021 e possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII do Art. 6 da Lei nº 14.133/2021. Observa-se que pela natureza do serviço que se pretende contratar, os interessados podem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço, já que o quantitativo dos serviços e condições de realização do serviço são claras, com definições de qualificações técnicas dos prestadores de serviço, de materiais e insumos que deverão ser fornecidos e sua periodicidade. Logo, sendo todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, justifica-se, por definição, o regime de execução será o de Empreitada por Preço Global.

4.8. O presente Estudo Técnico Preliminar define padrões de desempenho e qualidade de forma objetiva e conforme especificações usuais do mercado. Dessa forma, a competição será baseada unicamente nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá apreciação de propostas técnicas, estando aderente ao Acórdão nº 313/2004 do Tribunal de Contas da União.

4.9. O objeto não envolve criação, inovação ou conjugação de requisitos técnicos especiais, desconhecidos pelo mercado. Por outro lado, o mercado domina a solução pretendida, os serviços

aqui elencados são ofertados por muitas empresas e comparáveis entre si com facilidade. Diante do exposto, resta claro que os serviços a serem contratados são comuns, possibilitando a realização da licitação por pregão eletrônico.

4.10. A prestação dos serviços será por alocação, pela empresa contratada, de empregados em regime de dedicação exclusiva, para execução dos serviços nas dependências da sede das Gerências Executivas do INSS de Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas ou em função destas, observando os cargos descritos neste documento, consideradas as suas respectivas atribuições, requisitos e quantidades, não gerando vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.11. Não obstante, a qualificação técnica da empresa deverá ser demonstrada na fase de habilitação da licitação, nos termos do Edital de Licitação, com seleção de empresa com experiência comprovada. Por se tratar de licitação com dedicação exclusiva de mão de obra, deve-se aplicar as exigências de habilitação do Anexo VII-A da IN 05/2017, em especial da habilitação técnica exposta nos itens 10.6 ao 10.10 e da habilitação econômico-financeira no item 11.1.

4.12. Quanto às exigências de experiência mínima, será exigido certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021). A definição da comprovação da experiência de 03 (três) anos justifica-se pelos seguintes fatores:

a) O gerenciamento da quantidade de colaboradores a ser contratado exige experiência e estrutura no mercado, ao passo que, uma empresa que está há pelo menos três anos no mercado tem uma chance maior de permanência, já que possui teoricamente maior solidez financeira para reduzir os riscos da contratação.

b) Apesar do contrato ter previsão de vigência de 12 meses, a possibilidade de aditar até prazo decenal, enseja o interesse da Administração em mantê-lo pelo maior tempo possível, e para que isso seja possível a empresa tem que estar estabilizada no mercado. Corroborando com essa linha, pesquisa realizada pelo SEBRAE-SP constatou que 58% das empresas de pequeno porte abertas em São Paulo não passam do terceiro ano de existência. Diante deste cenário, a exigência da experiência de três anos vai de acordo com os interesses da Administração em manter a contratação, com a prestação de serviço eficiente, pelo maior tempo possível.

4.13. A exigência de requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica tem o propósito de salvaguardar a Administração de futuras complicações com a empresa de terceirização contratada que, no curto, médio e longo prazos, não consegue honrar os compromissos assumidos com os contratantes. Na verdade, tal exigência é reflexo do aumento constante da inadimplência e do descumprimento de contratos públicos, o que decorre da incapacidade das empresas de executarem o objeto contratual com os preços avençados nos procedimentos licitatório.

4.14. Os valores dos salários serão definidos pelo piso da categoria e Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

4.15. Ainda, deverá ser considerado na contratação os seguintes requisitos:

- exigência de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 dias após o seu encerramento;

- pagamento dos valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador;
- vedação da participação de cooperativas no processo licitatório, em consonância com o Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União - MPU e a União, representada pela AGU, em 5 de junho de 2003;
- vedação de participação de consórcio, por não se tratar de objeto complexo;
- adoção do modo de disputa será aberto e fechado, por não haver as prorrogações sucessivas que levam os participantes a baixarem os preços apenas para ganhar a disputa, levando a preços muitas vezes inexecutáveis; Definição e valor máximo permitido para a contratação, para o qual recomendamos o valor estimado deste documento.

Enquadramento da Categoria Profissional e carga

4.16. Os códigos e respectivos títulos das ocupações e descrição das atividades observarão as disposições estabelecidas pela classificação Brasileira de ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

a) Motoristas de veículos de pequeno e médio portes – Código 7823.

- Código: 7823-05 – Título: Motorista de carro de passeio: chofer, motorista no serviço doméstico, motorista de automóveis, motorista particular, motorista segurança, motorista vigilante.

Consumíveis

4.17. Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, dispositivos, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento do objeto, nas quantidades estimadas, tais como: carro e uniforme completo.

4.18. Os uniformes e seus complementos serão fornecidos conforme o clima da região e o disposto no respectivo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho para os funcionários empregados na prestação dos serviços.

Aferição dos resultados

4.19. Ante a impossibilidade de implementação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) efetivo e adequado ao objeto da contratação, justificamos a sua inaplicabilidade na forma a seguir:

- Com as ferramentas de que dispomos no momento e em face das peculiaridades da presente contratação, não foi possível estabelecer o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) para este serviço, em razão da inexistência de critérios objetivos e confiáveis para aferição e mensuração de resultados.
- Para a adoção desse instrumento, além de uma equipe de servidores, seria necessário que o INSS disponibilizasse uma ferramenta informatizada, capaz de medir objetiva e tempestivamente a qualidade dos serviços realizados em todas as suas unidades abrangidas pelo contrato, visando adequar o pagamento aos resultados obtidos.

- A despeito da não utilização do IMR para os serviços de locação de veículos incluindo motorista, devidamente habilitado na categoria, para o transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS, serão estabelecidas sanções para os casos de descumprimento das obrigações assumidas, bem como nas situações relacionadas à desatendimento dos prazos contidos no instrumento contratual.

4.20. No final de cada ciclo de pagamento a Contratada deverá fornecer, em meio eletrônico, relatórios individuais por veículo:

- Relatório de manutenção preventiva, indicando a intervenção realizada em cada veículo, mostrando a quilometragem e a data da realização;
- Relatórios de ocorrências no mês, indicando os veículos parados por problemas de manutenção, se houve substituição e por qual veículo;
- Relatórios de atendimento contendo o nome do condutor e dos usuários, o tempo de utilização e quilometragem rodada;
- Relatório mensal de quilometragem rodada;
- Relatórios mensais de pagamentos de deslocamentos e pernoites;
- Relatório mensal de consumo por tipo de combustível por veículo.

Sustentabilidade

4.21. As contratações públicas sustentáveis, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, tem relação com o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 12 – “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, em sua meta nº 7, que consiste em “promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais”.

4.22. Para o serviço de transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva deverão ser observadas as seguintes premissas ambientais, alinhadas ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU:

- Os veículos leves locados de terceiros para uso oficial deverão utilizar combustíveis renováveis, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998;
- Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11 de fevereiro de 1993, nº 08, de 31 de agosto de 1993, nº 17, de 13 de dezembro de 1995, nº 242, de 30 de junho de 1998, nº 272, de 14 de setembro de 2000, e legislação superveniente e correlata.
- Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06 de maio de 1986, nº 490, de 16 de novembro de 2018 e nº 492, de 20 de dezembro de 2018, bem como eventuais complementações e alterações supervenientes. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A ou B do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular). Caso o fabricante não tenha aderido ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), poderá comprovar o requisito por qualquer meio válido, notadamente laudo pericial, de que o veículo possui eficiência energética equivalente a um veículo com a etiqueta das referidas categorias.

Natureza do Objeto

4.23. A contratação em comento tem a natureza de serviço continuado, pois visa atender a uma necessidade de forma permanente e contínua, em aderência aos preceitos da IN n.º 05/2017 MPDG /SEGES, que dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e que define que: *"Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional"*.

4.24. Os serviços a serem prestados possuem caráter instrumental e acessório, com a intenção de manter o funcionamento das atividades institucionais, de modo que a sua interrupção ou ausência pode comprometer a continuidade das atividades e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e de forma contínua.

4.25. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.26. Além de ser prestado de forma contínua, a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.27. Ressalta-se que prestação do serviço pretendida não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.28. Salienta-se que trata-se de despesa rotineira, não sendo necessário o atendimento ao art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), conforme Orientação Normativa nº 52. do Advogado-Geral da União:

- ON AGU nº52 "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

Vigência Inicial do Contrato

4.29. A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, ou data específica definida no contrato. Por se tratar de serviços executados de forma contínua, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes conforme previsão no Art. 107 da Lei 14.133 /2021, desde que a instrução contemple:

a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.30. O contrato deverá haver a previsão de repactuação de custos vinculados (CCT, transporte, etc) e também reajuste do custo dos insumos (uniformes), com base no IPCA, visto que esse índice é o mais utilizado nas contratações públicas, não havendo índice específico para esse tipo de insumo.

4.31. A vantajosidade econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordos, Convenções, Dissídios Coletivos de Trabalho ou em decorrência da lei;
- b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quando há obrigações decorrentes de Acordos, Convenções, Dissídios Coletivos de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

4.32. O Contratante deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

4.33. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.34. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de Termo de Aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da Consultoria Jurídica do Órgão.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O presente Estudo Técnico Preliminar deve apresentar a avaliação de mercado quanto às soluções disponíveis, elegendo aquela que tenha maior aptidão para atender as reais necessidades do INSS, a fim de concretizar os resultados pretendidos, além de demonstrar a ausência de restrição à competitividade e isonomia das licitantes, em face da realidade do mercado local.

5.2. No caso dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, para o transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS, constatamos que esse modelo de contratação é amplamente difundido pela IN/SEGES/MP nº 05/2017 e normas anteriores, utilizando-

se a metodologia de remuneração por veículo com motorista, de acordo com a escala de trabalho, conforme a excepcionalidade prevista no item 2.6, alínea d.1.2, Anexo V da citada norma, sendo este o padrão que satisfaz a premência da Autarquia.

5.3. Apontamos a existência de contratação anterior visando atender a mesma necessidade, fazendo constar, em anexo relatório de quilometragem e faturamento mensal para o período de 2023, 2024 e 2025, para subsidiar a presente análise, no tocante a proporção de solicitações, quilometragem rodada e finalidade dos deslocamentos.

5.4. Salientamos que os serviços de Taxigov, no âmbito desta Autarquia, está sendo utilizado apenas na capital de São Paulo, inclusive sendo um dos objetos de estudo do GT de transporte em realização. Está sendo trabalhada uma portaria com os apontamentos sobre o TAXIGOV, porém ainda não se tem elementos suficientemente maduros para uma contratação a nível de superintendência, principalmente em uma com as características peculiares da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste. Já houve tentativa de utilização no âmbito desta SR, todavia os resultados e métodos utilizados não satisfizeram o objeto pretendido. Além disso, temos o modelo do USE TÁXI, que se baseou no TÁXI GOV. O TÁXI GOV passou por uma evolução significativa, culminando agora no Mobgov, atualmente em fase de piloto e implantação na Superintendência Sudeste. Entretanto, ainda não temos uma clareza total sobre como ele será implementado e desempenhado. Isso torna mais desafiador para desenvolver diretrizes, especialmente considerando que o modelo é de aplicativo por demanda e contratação por demanda. Isso torna ainda mais complexo pensar no desenvolvimento de diretrizes para as unidades, gerências e demais pendências. Logo, em virtude da premente necessidade das Gerências Executivas na disponibilização do serviço de transporte, uma morosidade nos estudos pode impactar de modo considerável o regular funcionamento das Unidades.

5.4. Ressalta-se que as contratações pretendidas não possuem exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades, como descrito anteriormente.

5.4. Mediante análise das soluções disponíveis no mercado, considerando a natureza do trabalho a ser executado, a contratação deverá ocorrer por meio de postos de trabalho.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução para atendimento das necessidades da Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO do INSS é simples e corriqueira no mercado, sendo materializada pela empresa contratada mediante alocação de empregados para execução dos serviços de transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, destinado ao transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência que balizará o processo licitatório.

6.2. Contratação dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, para o transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS, sob o regime de execução indireta com dedicação de mão de obra exclusiva, no regime de empreitada por preço global, cujo prazo de vigência será de 12 (doze) meses. unidades, bem como de transporte dos servidores e transporte de pequenas cargas.

6.3. A solução escolhida cumpre plenamente os requisitos estabelecidos neste Estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços de Transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, para o transporte de pessoal/servidores a serviço do INSS,

visando atender as demandas das Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas, bem como de transporte dos servidores e transporte de pequenas cargas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade de postos para atender as demandas das Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas, encontra-se resumida no quadro a seguir:

GEX/Unidade	Tipo de veículos	Quantidade de veículos	QUANT. KM	DIÁRIAS C . PERNOITE	DIÁRIAS S . PERNOITE
GEX – Distrito Federal/DF	PICKUP	1	3000	5	0
GEX – Distrito Federal/DF	SEDAN	3	3000	2	0
SRV	SEDAN	4	1000	7	0
GEX – Campo Grande/MS	PICKUP	1	3000	10	5
GEX – Campo Grande/MS	SEDAN	3	3500	10	5
GEX – Dourados/MS	PICKUP	1	3000	10	5
GEX – Dourados/MS	SEDAN	1	3500	10	5
GEX – Cuiabá/MT	PICKUP	2	1500	8	8
GEX – Cuiabá/MT	SEDAN	2	1500	8	8
GEX – Sinop/MT	PICKUP	1	1500	4	4
GEX – Sinop/MT	SEDAN	1	1500	4	4

7.2. O dimensionamento do quantitativo de postos, escalas de trabalho, veículos e quilometragem tomou como base as contratações anteriores, essenciais para o bom funcionamento das unidades da região abrangida pelas Gerências Executivas do INSS em Cuiabá/MT, Sinop/MT, Campo Grande/MS, Dourados/MS, Distrito Federal/DF, Superintendência Regional Norte/Centro Oeste - SRNCO e unidades vinculadas.

7.3. Considerando as necessidades específicas de cada unidade, alinhadas com as missões institucionais, definidas para o exercício, gestão ou projeto, poderá, excepcionalmente, o quantitativo ser alterado mediante necessidade e justificativa da unidade, desde que não ultrapasse essa logística de cálculo, ou a capacidade orçamentária da Autarquia.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.893.781,00

8.1. Para apurar o custo estimado, a Equipe de Planejamento elaborou Planilhas de Custos e Formação de Preços de acordo com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, com dedicação de

mão de obra exclusiva, utilizando-se os pisos salariais e os benefícios estabelecidos com base nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's registradas no MTE, de acordo com as unidades da federação onde serão prestados os serviços e na legislação específica.

8.2. Concluídas as Planilhas de Custos e Formação de Preços, chegou-se ao valor global estimado de R\$ 3.893.781,00 (três milhões, oitocentos e noventa e três mil setecentos e oitenta e um reais).

8.3. O Anexo V – Diretrizes para elaboração do TR ou PB da IN 05/2017 estabelece que: “2.9 . Estimativa de preços e preços referenciais:(...) b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma: b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticado.”

8.4. Dessa forma o valor estimado para a presente contratação e respectivos custos unitários é a seguinte:

Serviços transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva					
UNIDADE	Tipo de Veículo	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Global R\$ (12 meses)
GEX – Distrito Federal/DF	PICKUP	1	16.195,01	16.195,01	194.340,12
GEX – Distrito Federal/DF	SEDAN	3	12.192,52	36.577,56	438.930,72
SRV	SEDAN	4	11.277,63	45.110,52	541.326,24
Total para o Distrito Federal				97.883,09	1.174.597,08
GEX – Campo Grande/MS	PICKUP	1	19.811,25	19.811,25	237.735,00
GEX – Campo Grande/MS	SEDAN	3	16.676,17	80.028,51	600.342,12
GEX – Dourados/MS	PICKUP	1	19.672,35	19.672,35	236.068,20
GEX – Dourados/MS	SEDAN	1	16.537,27	16.537,27	198.447,24
Total para o Mato Grosso do Sul				106.049,38	1.272.592,56
GEX – Cuiabá /MT	PICKUP	2	22.704,32	45.408,64	544.903,68
GEX – Cuiabá /MT	SEDAN	2	19.320,35	38.640,70	463.688,40
GEX – Sinop /MT	PICKUP	1	19.923,63	19.923,63	239.083,56
GEX – Sinop /MT	SEDAN	1	16.576,31	16.576,31	198.915,72
Total para Mato Grosso				120.549,28	1.446.591,36

Valor total para o procedimento licitatório	324.481,75	3.893.781,00
--	-------------------	---------------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto deste estudo não é passível de parcelamento, ainda que o parcelamento seja regra. Pois a eventual divisão do objeto em itens individuais não agrupados pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, ou a perdas significativas de economia de escala. A junção irá propiciar uma maior participação de empresas interessadas, alcançando maior competitividade ao certame, que proporcionará um ganho de escala uma vez que a prestação dos serviços que contemplam apenas um item poderia não despertar interesse por parte das empresas.

9.2. Além dos motivos citados acima, a contratação agrupada é a melhor forma de atender os interesses e necessidades da Administração:

- o parcelamento tornaria a parte do contrato que se refere aos serviços a serem prestados insignificantes em termos de valor, podendo ocasionar a sua não contratação;
- quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;
- não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização, pagamento, reajustes e repactuação de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre um mesmo instrumento;
- o parcelamento pode trazer prejuízo para o conjunto da solução e desvincula a gestão e o gerenciamento dos serviços, gerando maiores dificuldades no seu acompanhamento;
- economia de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos; e
- economia de recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação;

9.3. O serviço a ser contratado não demanda nenhuma complexidade técnica. Com isso, a equipe de fiscalização/gestão se beneficia ao tratar quaisquer detalhes da execução contratual com apenas um interlocutor, por grupo, reduzindo inclusive as deficiências de acompanhamento do serviço ao promover agilidade no tratamento das questões formais.

9.4. O Tribunal de Contas da União entende que não se revela benéfico o parcelamento da contratação de serviços terceirizados. Isso porque as empresas que atuam no mercado não são especializadas em tipo específico de serviço, sendo especializadas na administração de mão de obra em geral. Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade da licitação e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que, se empresas diversas ganharem a prestação de diferentes serviços dessa natureza, o valor fixo por posto tende a ser maior (Acórdão nº 1214/2013-P).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação dos serviços de transporte com fornecimento de veículo e mão de obra com dedicação exclusiva, destinado ao transporte de pessoal /servidores a serviço do INSS, são interdependentes, sendo prestado por apenas uma contratada por grupo.

10.2. Existem contratações em vigor, nas demais Gerências Executivas do INSS vinculadas à SRNCO.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico do INSS, aprovado pela Resolução CEGOV/INSS Nº 33, de 21 de Setembro 2023, que aprovou o Mapa Estratégico para o quadriênio 2024 - 2027.

11.2. Destaca-se que a contratação, por se tratar de um serviço essencial ao funcionamento e cumprimento da missão institucional, conforme justificado anteriormente, a presente contratação tem impacto direto no cumprimento dos trabalhos e atingimento de metas e objetivos do INSS.

11.3. O INSS tem como meta estabelecida em seu Plano de Ação 2026 ser reconhecido pela excelência na prestação dos serviços ao cidadão. Para concretizar este objetivo, é necessário planejar, fiscalizar e gerir os contratos de serviços com prestadores que atuam de forma indireta no apoio e suporte às atividades finalística do Órgão, de forma que os recursos financeiros empregados resultem na eficiência plena da instituição.

11.4. Evidencia-se a obtenção da eficiência quando há a integração entre os contratos de prestação de serviços continuados, o que garante ao INSS a disponibilidade dos servidores do seu quadro permanente exclusivamente para a sua atividade finalística, que é a seguridade social.

11.5. A contratação está inserida no rol de serviços usualmente contratados por esta instituição, o que permite atestar que os mesmos são de suma importância para o funcionamento da Autarquia, e a ausência destes poderiam implicar negativamente na execução dos serviços prestados pela instituição, com reflexos negativos no clima organizacional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como: contratação de pessoal, treinamento e administração de mão de obra, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, potencializando o aproveitamento dos serviços prestados.

12.2. A pleiteada contratação decorre da indisponibilidade, no quadro de pessoal, de recursos humanos para as atividades auxiliares e acessórias concernentes ao serviço objeto deste certame, uma vez que, trata-se de cargo em extinção, os servidores do INSS no cargo de motorista oficial que ainda se encontram no exercício das atividades, em sua maioria estão na iminência da aposentadoria. Atualmente, não há profissionais habilitados para o tipo de atividade suficientes no quadro de servidores do INSS e as atividades, por mais acessórias que sejam, são fundamentais para o desempenho e excelência que este Instituto tem buscado na missão junto aos segurados bem como na relação custo/benefício do binômio necessidade/economicidade.

11.3. Ressalte-se que na presente contratação a Autarquia exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos e de ações sustentáveis.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessário nenhum tipo de alteração do ambiente do Órgão, uma vez que os locais e estrutura que receberão os postos de trabalho já existem.

13.2. Deverá ser designado os servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual para o acompanhamento da execução dos serviços e gestão do contrato, bem como, sua constante capacitação, caso necessário.

13.3. E por fim, revisar constantemente a demanda executada, quanto a necessidade de aumento ou redução dos postos de trabalho adequados a necessidade e disponibilidade orçamentária da Autarquia.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos.

14.2. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.3. A empresa a ser contratada para a prestação dos serviços deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade devendo orientar seus funcionários a fazerem uso racional de água, instruindo-os a evitar o desperdício de água tratada, bem como reduzir o consumo de energia.

14.4. Deverá também, adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

14.5. A equipe que prestará os serviços deverá ser instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, tanto nos aspectos que regulem a interação do homem com a natureza em atividades cotidianas, visto que os recursos naturais são finitos, quanto na questão social, com atenção especial aos direitos sociais, ambientais, trabalhistas, proteção aos direitos humanos e demais que lhes são correlatos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme analisado pela equipe de planejamento a contratação do objeto em comento e plenamente viável tendo em vista a necessidade da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELVYS LEONARDO DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 10:32:30.

STEPHAN CESAR RESENDE WIMMER

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 11:05:11.

THIAGO JOAO DE MOURA SOUZA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/06/2026 às 09:00:41.